

RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.552 - MG (2018/0281785-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : TASSO BATALHA BARROCA E OUTRO(S) - MG051556
FERNANDO JOSE BARROCA DE CASTRO - MG077453
RECORRIDO : V L B Q
ADVOGADO : LUCIANA MARIA BARROTE E OUTRO(S) - MG064547
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) - MG056526
ELIANE NOGUEIRA DA SILVA - MG168913
THAYENE DE ALMEIDA MAGALHAES - MG153809
LANA PRISCYLLA DE SOUZA SANTOS MACEDO - MG172794
INTERES. : COOPERFORTE- COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DE FUNCIONARIOS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS PUBLICAS FEDERAIS LTDA.
ADVOGADO : RAYSON RIBEIRO GARCIA E OUTRO(S) - DF006909

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DÍVIDA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DESCONTOS EM CONTA CORRENTE. LIMITAÇÃO A 30% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DEPOSITADOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Os descontos de empréstimos devem se limitar a 30% dos valores depositados em conta corrente referente aos rendimentos líquidos do devedor ante a natureza alimentar do salário e do princípio da razoabilidade. Precedentes do STJ.
2. Recurso especial conhecido e não provido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 03/04/2018

Processo distribuído ao Gabinete em: 23/10/2018

Ação: de obrigação de fazer ajuizada por V L B Q, em face do

BANCO DO BRASIL S/A e OUTROS, na qual requer a condenação das instituições financeiras a limitar o valor dos descontos mensais sobre os proventos de aposentadoria de seu falecido marido ao percentual de 30% do valor líquido da remuneração.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pela recorrida para, confirmando a antecipação de tutela, determinar que o limite dos descontos sobre o benefício previdenciário líquido recebido pela autora na conta bancária seja de 30% (trinta) por cento para todos os réus.

Acórdão: deu parcial provimento ao recurso apelatório interposto pela ora recorrente e negou provimento à apelação do Banco do Brasil S/A, nos termos da ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - CONTRATOS BANCÁRIOS - DESCONTO EM CONTRACHEQUE E CONTA CORRENTE - POSSIBILIDADE - LIMITAÇÃO A 30% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS PERCEBIDOS - MULTA COMINATÓRIA DEVIDA - REVISÃO DO VALOR - POSSIBILIDADE. - Apesar de ser legal o desconto em contracheque e conta corrente dos valores devidos em razão de empréstimos financeiros, é razoável que aquele seja limitado a 30% dos rendimentos líquidos do devedor, a fim de que o credor tenha seu crédito satisfeito e seu direito efetivado, sem causar ao tomador do empréstimo danos a sua subsistência. - Se a multa fixada para o caso de descumprimento não obedece aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, deve ser reduzida, de forma a compelir o destinatário da obrigação, sem importar no enriquecimento ilícito da outra parte (e-STJ fl. 534).

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente e recorrida, foram rejeitados (e-STJ fls. 614/622)

Recurso Especial: a recorrente alega negativa de vigência ao art. 1º da Lei 10.820/2003, bem como divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que os descontos feitos pelo Banco do Brasil não são realizados por meio de empréstimo consignado, mas por débito direto em conta corrente, devendo ser afastada a limitação do desconto de 30% (trinta) por cento.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- **Julgamento:** CPC/2015

- ***Da limitação em 30% de desconto de empréstimo em conta corrente***

O acórdão recorrido está em harmonia com o entendimento consolidado por esta Corte, no sentido de que os descontos dos empréstimos devem se limitar a 30% dos valores depositados em conta corrente referente aos rendimentos líquidos do devedor. Nesse sentido: AgInt no AREsp 982.694/SP, 3ª Turma, DJe 02/02/2017; REsp 1584501/SP, 3ª Turma, DJe 13/10/2016; e AgInt no REsp 1565533/PR, 4ª Turma, DJe 31/08/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 255, §º, II, do RISTJ.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora